HUMBERTO DELGADO, ENTRE BRASIL E PORTUGAL

Alfredo Moreno Leitão

O MUNDO DO PÓS-GUERRA

Com do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a derrota do nazi-fascismo, as décadas que se seguiram foram um período de reerguer a Europa destruída. Este processo foi encabeçado pelas duas novas potências em ascensão: os Estados Unidos, do lado ocidental, defendendo a bandeira do capitalismo e o combate ao comunismo; em oposição, a União Soviética, do lado oriental, defendendo o comunismo e criticando as mazelas do capitalismo. Temos aqui o início da chamada Guerra Fria, e a divisão do mundo entre comunistas e capitalistas.

Portugal, assim como outras nações, não passou incólume a este processo, mesmo não tendo participado efetivamente com o envio de tropas para o conflito, nem tendo o seu território invadido. O governo português soube tirar proveito do conflito melhorando sua economia que ampliou as exportações de matéria prima para ambos os lados beligerantes[1]. Mas a derrota das ditaduras de direita na Alemanha e Itália - as quais o governo de Salazar mantinha bons relacionamentos - abalou os alicerces do governo e deu um novo ânimo aos opositores da ditadura em Portugal.

Logo a seguir ao fim da guerra, motivados pelos movimentos democráticos que se espalham por toda a Europa, grupos de oposição se organizaram manifestando-se contrários a permanência de Salazar e de seu governo.

Nas eleições presidenciais de 1949, vários seguimentos de oposição apoiaram a candidatura do General Norton de Matos, oriundo de um grupo de militares dissidente do governo, que vai concorrer com o Marechal Oscar Carmona[2], que disputava a reeleição.

Rapidamente a União Nacional, partido do governo, promoveu uma campanha agressiva explorando a imagem de subversivo, denunciando o apoio dos comunistas a Norton de Matos, e a sua ligação com a Maçonaria e com grupos anticlericais. Estas denúncias abriram brechas na frente oposicionista e, consequentemente, levaram a desistência eleitoral. Tal situação acabou por esmorecer a oposição, até as eleições presidenciais de 1958.[3]

A partir da década de 1950 a oposição assim se definia:

---

1 SCHIAVON, 2007: 47.

2 O Marechal Carmona foi reeleito presidente em 1949, porém morre em 1951 antes do fim de seu mandato. Para substituí-lo foi eleito o General Craveiro Lopes.

3 ROSAS, 1994: 407-408.

O Partido Comunista Português acreditara que, diante do isolamento da ditadura, era possível através de uma unidade anti-salazarista formada por todos os descontentes com Salazar, de maneira pacífica, derrubar o governo pela via das urnas.[4] Esta postura é adotada pelo Comitê Central do partido, que procurava angariar apoio da oposição burguesa. Mas tais objetivos não foram atingidos, pois alguns setores da oposição não estavam dispostos a colaborar com os comunistas.[5]

Em colocação divergente, a oposição não comunista, agrupada pelo Diretório Democrático-Social (DDS) encabeçado por António Sérgio, Mário de Azevedo Gomes e Jaime Cortesão, reunia, de forma geral, a oposição conservadora e liberal: membros do velho Partido Republicano Português, intelectuais socialistas, monarquistas, setores das forças armadas e grupos católicos. Definiam-se "basicamente pela sua adesão às democracias de tipo ocidental, pelo seu repúdio do comunismo e pela preocupação de estabelecer uma alternativa credível ao regime, capaz de ajudar a preparar uma evolução pacífica para o pós-salazarismo e assumir nele um papel decisivo."[6] Em um primeiro momento, o Diretório tenta uma aproximação com o PCP, mas esta parceria representaria uma dificuldade de acordo com os dissidentes do regime. Nas eleições presidenciais de 1958, os liberais não sinalizam qualquer possibilidade do surgimento de um candidato único da oposição.

A CAMPANHA ELEITORAL DE 1958

Dentro do governo havia uma discussão entorno da escolha do candidato da União Nacional à presidência da República. De um lado, o grupo liderado pelo Ministro Marcello Caetano, apoiava a candidatura à reeleição do presidente Craveiro Lopes. Esta candidatura não era de agrado de Salazar, que sabia das pretensões políticas de Caetano. A permanência de Craveiro Lopes na presidência poderia por em risco seu cargo, já que era o presidente que nomeava e destituía o Primeiro Ministro. De outro lado, Salazar reunindo com seus aliados, optam pelo Almirante Américo Tomás, um homem sem relevo, fiel para poder vir a causar problemas.

Na oposição, já que não foi possível o lançamento de um candidato único, o Partido Comunista escolheu o advogado Arlindo Vicente. A direita da oposição procurava se aproximar aos dissidentes e descontentes do regime, o candidato deveria vir deste meio.

4 ROSAS, 1994: 522.

5 RABY, 1982-3: 870.

6 ROSAS, 1994: 519.

O Capitão Henrique Galvão,[7] um destes dissidentes, sugere a António Sérgio o nome do General Humberto Delgado: 52 anos, um jovem general, adido militar em Washington e chefe da missão de Portugal junto da OTAN entre 1952 e 1957. António Sérgio já pensava em propor a um militar dissidente a candidatura à presidência. Em Janeiro de 1958, o DDS convida Delgado a ser seu candidato.[8]

Humberto da Silva Delgado nasceu em São Simão de Brogueira, Torres Novas, em 15 de Maio de 1906. Cursou o Colégio Militar e a Escola do Exército, seguindo a carreira aeronáutica. Apoiou o movimento de 28 de Maio de 1926, desempenhando cargo na Legião Portuguesa, e fez parte do Conselho Técnico da Mocidade Portuguesa. Durante a Segunda Grande Guerra desempenhou papel importantíssimo nas negociações para a instalação das Bases Aliadas nos Açores. Influenciado pelo modelo norte-americano de democracia, tornasse paulatinamente um ferrenho crítico do salazarismo.

Esta mudança de posição, de aliado a opositor do regime, se explica pela "transformação da dureza do provisório em definitiva, que não constou do programa". A ditadura "aceita-se como um termocautério para tratar um abscesso, acção intensa mas de curta duração".[9]

Segundo Ploncard d'Assac, em seu livro "Salazar: a vida e a obra", biografia que procura exaltar a imagem do ditador português, Humberto Delgado é tido como:

> ... um general ambicioso que, depois de ter sido um dos mais fanáticos defensores do regime, virou a casaca por considerar que lhe não tinha sido suficientemente bem pagos os seus altos serviços. Instável e violento, fascinava as multidões pela sua própria agitação. Cansadas de um chefe que raciocinava friamente, a massa olhou apenas para o agitador que se desbordava em paixão e irracionalidade, e para o demagogo que prometia a bela vida para todos sem o menor esforço. No final de contas, o povo miúdo deixou-se cair na tentação clássica da novidade insensata.[10]

Dentro da oposição burguesa, setores novos defendiam um maior contato com o povo, estimular mobilizações populares. Adotar se necessário uma postura populista, "se o populismo fosse o instrumento mais eficaz para produzir uma alteração fundamental na

---

7 O Capitão Henrique Malta Galvão, um importante opositor do salazarismo, foi um dos protagonistas do caso do sequestro infrutífero do Paquete Santa Maria, ocorrido em 23 de Janeiro de 1961, que objetivava derrubar o governo de Portugal.

8 RABY, 1982-3: 877.

9 www.vidaslusofonas.pt/humberto_delgado.htm ,acessado em 13 de Setembro de 2013.

10 ASSAC, 1989: 235.

sociedade fechada e imobilizada do Portugal salazarista; e o General Humberto da Silva Delgado veio a ser o candidato ideal para desempenhar o papel de herói populista."[11]

Rapidamente a candidatura de Delgado ganha vulto, ao ponto de Arlindo Vicente renunciar a sua candidatura, oito dias antes das eleições. Anteriormente o Partido Comunista via com desconfiança a candidatura de Delgado, que ao invés de atrair dissidentes do regime e enfraquecer a Situação, poderia ocorrer o oposto.[12]

A campanha do General Delgado se inicia a 10 de Maio de 1958, tendo como plano de campanha:

> 'pátria livre, antitotalitária, cristã, alicerçada na família', alinhada com o Ocidente; reforma da 'política ultramarina', no respeito pela 'unidade de aquém e além-mar'; denúncia dos 'desmandos oligárquicos'; medidas para assegurar a realização de eleições livres, talvez com maior e mais claro relevo para as reivindicações democráticas (restauração das liberdades, libertação dos presos políticos, extinção dos tribunais plenários, organização de partidos políticos).[13]

Estava posto a ideia de uma revolução defendida por Humberto Delgado, a partir da presidência, que apoiada pelos militares, garantiria um progressivo restabelecimento das liberdades.

Rapidamente sua campanha ganha o apoio popular, se caracterizando pelo contato direto com o eleitorado, nas vilas e cidades, nas ruas, nos palanques; marcado pelo seu carisma e entusiasmo. E, ao contrário do que recomendavam seus aliados civis, promoveu uma oposição aberta e direta, atacando publicamente o regime, dando a sua campanha um caráter original.[14] O que surpreendia e preocupava o regime, porque não se acreditava a princípio no seu potencial.

Deve-se, porém, ressaltar que o caminho tomado pela campanha eleitoral não se deveu somente ao potencial de Delgado, havia, aqui e ali, manifestações populares de desagravo ao regime.

O governo, estupefato com a popularidade do General Delgado, resolve tomar atitudes drásticas para impedir as "alterações da ordem": coloca a polícia na rua, que

---

11 RABY, 1982-3: 873.

12 Tal preocupação não se limitava ao PCP, outros seguimentos de oposição também tinham este temor. RABY, 1982-3: 874-875.

13 ROSAS, 1994: 527.

14 RABY, 1982-3: 878-879.

repreende as manifestações com violência; manda recolher os jornais que noticiam a desenvolvimento da campanha delgadista. Estas atitudes levaram a reações tenazes. Estava criado um ambiente pré-insurecional.[15]

Mas nas regiões mais distantes de Portugal, nas colônias e nas ilhas, a campanha eleitoral teria pouca importância. Detentora da máquina eleitoral, a ditadura se utilizara de práticas fraudulentas para atingir seus objetivos.[16]

Ocorrida às eleições a 08 de Junho, tais suspeitas se confirmaram, apuradas as urnas, 76% dos votos foram dados a Américo Tomás e 24% a Humberto Delgado.

Mesmo tendo vencido, Oliveira Salazar sabe que o regime esta abalado, era necessário na revisão constitucional que se pretendia realizar no ano seguinte, eliminar a eleição do presidente da república por sufrágio direto, impedido assim a possibilidade da eleição de alguém, que por ventura, pusesse em risco o regime (e ao próprio Presidente do Conselho de Ministros).

A oposição e os opositores, e principalmente Delgado, não se apaziguaram frente à derrota nas urnas. Meses depois, Humberto Delgado toma atitudes de afrontamento aos salazaristas, com o objetivo claro de não deixar esmaecer a luta iniciada, ainda, na campanha eleitoral. Como ainda era militar da ativa, negasse a obedecer ordens superiores, denuncia prisões de aliados, concede entrevista a jornais estrangeiros, distribui panfletos, escreve cartas de repulsa a altos funcionários do governo. Cria o Movimento Nacional Independente (MNI) para reunir os grupos que tinham participado da campanha eleitoral.[17]

Diante da balbúrdia provocada pelo General Humberto Delgado, o que fazer? Eis a dúvida que se instalou no governo.

Para o Estado Novo - como oficial da ativa que ainda o era Delgado - cometera crime de lesa-pátria, ao passar-se para a oposição; porém, como seus atos ganharam repercussão internacional, qualquer atitude mais severa poderia fazer dele um mártir.

Enquanto isso Humberto Delgado busca apoio internacional: junto com Antonio Sérgio, Jaime Cortesão e outros, convidam o político do Partido Trabalhista Inglês, Aneurin Bevan, cujas ideias anti-salazaristas eram conhecidas, para participar de conferências em Portugal; e em outro momento é convidado e visitar o Centro Republicano Português em São Paulo. Nas duas situações o governo proibiu. A respeito de Aneurin Bevam, há uma discussão entre ele o governo português; no caso do Centro Republicano, o governo nega o visto de saída a Delgado.

A 08 de Janeiro de 1959, Delgado perdera a sua imunidade como oficial das Forças Armadas, através de nota oficiosa emitida pelo governo. Esta atitude facilitara as ativida-

15 ROSAS, 1994: 528.

16 DELGADO; FIGUEIREDO, 1991: 91.

17 DELGADO; PACHECO, 1995: 24.

des da PIDE, que programara uma operação que visara matar Delgado, segundo consta de uma informação de 15 de Janeiro:

> Por ordem do governo, 30 agentes da PIDE, armados, cercaram a casa do general Delgado para o prenderem, e também preparam por sua iniciativa uma manifestação de simpatia por ele, com cerca de mil pessoas, nas quais se contavam alguns estudantes, para se estabelecer uma confusão naquele momento e para depois, terem de intervir a tiro aproveitando assim a oportunidade para liquidarem o General Delgado. Mas este, graças a um amigo seu que o preveniu a tempo, conseguiu escapar-se indo procurar asilo na Embaixada brasileira.[18]

As atividades da PIDE não se concentraram somente no General Delgado, entre 1958 e 1960 há uma investida contra o Partido Comunista Português, com prisões, torturas e mortes. Nesse decênio aproximadamente 1.200 pessoas são presas.[19]

O ASILO

Temeroso de uma nova investida da PIDE, desta vez com sucesso, e preocupado que algo de mau pudesse ocorrer com seus familiares, a 12 de Janeiro de 1959, Delgado pede asilo político à Embaixada do Brasil. O Embaixador brasileiro Álvaro Lins, que se encontrava fora da embaixada em almoço com o Embaixador do Brasil em Londres, Assis Chateaubriand, é avisado por telefone do ocorrido, toma de pronto a atitude de permitir a permanência de Delgado na Embaixada, antes mesmo de pedir orientações ao governo brasileiro.

Ao retornar a Embaixada, Lins se encontra com Humberto Delgado, era a primeira vez que ambos se viam pessoalmente. Neste momento o General descreve o que estava passando: perigo de vida, processos e impossibilidade de deixar o país. Não vendo outra saída, vinha pedir o auxílio da Embaixada do Brasil.

No mesmo dia, Álvaro Lins pede uma audiência com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Marcelo Matias, que o recebe no final da tarde. O Embaixador expôs a situação, e se oferece para acompanhar o General Delgado ao aeroporto e embarcá-lo com destino ao Rio de Janeiro, de maneira discreta e sem alarde, evitando assim a exposição pública, bastando apenas a concordância e a autorização do Ministro; propunha-se *um acordo de cavalheiros*.

---

18 DELGADO; PACHECO, 1995: 29.

19 ROSAS, 1994: 531.

Mas Marcelo Matias negou qualquer existência de perigo, perseguição ou ordem de prisão contra Delgado,[20] não aceitando portanto a ideia de asilo; o diálogo entre ambos tornou-se um pouco tenso, e diante da postura irredutível de Matias, Lins retira-se, concedendo, a partir daquele momento, asilo na Embaixada do Brasil a Humberto Delgado. Ao chegar a Embaixada formula um comunicada ao governo brasileiro informando sua atitude, e esperando a homologação ou desaprovação do Presidente Juscelino.[21]

Álvaro Lins fora nomeado Embaixador do Brasil em Portugal em 1956, pelo Presidente Juscelino Kubitschek, jornalista e escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, era um defensor da democracia, e por isso um crítico da ditadura de Antonio de Oliveira Salazar. Mesmo discordando da política portuguesa mantinha, até o 12 de Janeiro de 1959, uma relação cordial com o Estado português como representante diplomático do Brasil.

A atitude do Embaixador Lins era tida como natural, já que faz parte da tradição a concessão de asilo político no Brasil.[22] Além do mais, se tratando do General Humberto Delgado, alguém que estava sendo perseguido por defender a democracia, a concessão de asilo se tornava mais certa.

No dia seguinte, em nota oficial, o governo de Salazar informa o pedido de asilo do General Humberto Delgado à Embaixada do Brasil, eximindo-se de qualquer responsabilidade.

> /.../ continuando a dispor o Sr. General Humberto Delgado de toda a liberdade de movimentos, só um propósito espetacular de se atribuir a si mesmo a condição de perseguido político, com a invocação de perigos e ameaças inexistentes /.../
> Sendo assim, as autoridades portuguesas não tem de intervir no assunto e não lhe darão qualquer colaboração.[23]

---

20 O Ministro Matias estava mentindo, pois havia um processo contra Delgado, e sua prisão poderia se efetivar, como constava em nota oficial expedida pelo Governo português, em 07 de Janeiro de 1959. A este respeito salienta Álvaro Lins: "...se um militar, um oficial-general, depois de condenado em processo disciplinar na sua corporação, ainda continua sob o peso de responsabilidades *criminais*, o Estado ou o governo... tem não apenas o *direito*, mas até o *dever* de processá-lo no foro civil. Por consequência, o de prendê-lo a qualquer momento, em conformidade, neste caso, com a legislação do país sobre os chamados crimes contra a segurança nacional." LINS, 1960: 57.

21 LINS, 1960: 28-51.

22 O asilo extraterritorial ou diplomático está largamente em uso nos países da América Latina, onde se tornou objeto de costumes particulares. BOBBIO, 1998: 58.

23 LINS, 1960: 56

Para o governo português esta ideia de asilo político não era bem clara. Portugal não concordava com as convenções do direito de asilo, seguidas por outros países. E no caso de Delgado queria crer - ou que acreditassem - que tudo não passava de um exagero, tanto da parte do General, como do Embaixador Lins.

O governo de Salazar, a princípio, negava-se a conceder salvo-conduto, já que afirmava não haver perigo algum para Delgado; nada mais era do que especulação. Porém, passado o susto inicial, o governo de Portugal decide emitir um passaporte à Delgado somente quando ele saísse da Embaixada, para mostra que tudo não passava de um plano político. Esta proposta não se mostrou confiável aos olhos do General, que preferiu permanecer instalado na Embaixada.

O clima na Embaixada estava ficando preocupante, como relata Álvaro Lins em suas memórias de 15 de Fevereiro:

> A partir do asilo do General Delgado, e somente desde então, a sede da Embaixada /.../ e a Chancelaria /.../ passaram a ser fortemente vigiadas, dia e noite, por elementos da polícia. /.../ haverá de acrescentar-se a circunstância de que não se trata de polícia regular fardada, normalmente de guarda às portas das Missões Diplomáticas, mas sim da fiscalização exercida por agentes à paisana da PIDE ....[24]

A postura do governo português causou um impasse entre si e o governo brasileiro, um mal-estar que perdurou por três meses. Por um lado, pela intransigência do português; de outro, pela relutância de uma atitude mais firme do lado brasileiro, que procurava manter intactas as relações de amizade com Portugal.

As relações entre os dois países se pautavam principalmente em questões culturais, que uniam a história destes dois povos irmãos, ou mais do que isso, uma relação de pai e filho, onde Portugal se orgulhava de ter "criado" o Brasil, e este sempre grato e respeitoso com aquele "pai".

Durante o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961) houve uma maior aproximação entre os dois países. Foi durante seu governo que foi regulamentado o Tratado de Amizade e Consulta que tinha como objetivo principal tratar de questões ligadas às condições dos emigrados portugueses no Brasil, mas implicitamente garantir o apoio brasileiro à causa de Portugal junto à Índia. A garantia do controle das colônias (as chamadas de *Províncias Ultramarinas*) era essencial político e economicamente para Portugal.

---

24 LINS, 1960: 249-250.

O Brasil foi o principal aliado, ou talvez o único, a defender a política colonialista de Portugal. O que nos parece contraditório, haja vista, que o Brasil, ex-colônia de Portugal, fez sua independência por não concordar com a política de exploração metropolitana. A defesa veemente por parte de alguns grupos brasileiros pode ser exemplificada com um acontecimento ocorrido em 1957, nas Nações Unidas, quando o representante português é inquirido sobre as medidas tomadas a respeito do processo de independência das colônias; em sua defesa o representante brasileiro, Donatello Grieco, discursa: "a missão colonizadora de Portugal na América, tal como na Ásia, tal como na África, fora colocada, sempre, acima dos meros fatores materiais daquilo a que se chama colonialismo".[25]

A aproximação entre as duas nações sempre foi mais vantajosa para Portugal do que para o Brasil. Para os objetivos brasileiros, que almejavam um desenvolvimento econômico que diminuísse as distâncias entre ele e os países industrializados, segundo o plano do presidente Kubitschek, Portugal pouco poderia oferecer.[26]

Mas este contexto se alterou com o advento do caso Delgado, principalmente por que houve uma pressão por parte de setores da sociedade e da imprensa brasileira a favor de Delgado e contra o salazarismo. Jornalistas, intelectuais, políticos de esquerda e de direita, o público em geral, manifestaram-se a favor da concessão de asilo e de apoio a atitude do Embaixador Álvaro Lins.

A imprensa brasileira não deu trégua, ora pressionava por uma atitude do governo brasileiro, ora atacava e denunciava as arbitrariedades do governo de Salazar. Já os jornais salazaristas rebatiam, afirmando haver exageros: que o general Delgado não queria somente promover-se, mas provocar desordem e divisão, interna e externamente, que tal situação provocaria a discórdia dentro da colônia portuguesa no Brasil - fato que realmente estava ocorrendo.

Crítico ferrenho de Juscelino, Carlos Lacerda, líder da oposição, com toda a sua eloqüência que lhe era patente, defendera a posição de Álvaro Lins, e propõe que o passaporte de Delgado seja entregue na casa dele, donde o mesmo sairia acompanhado pelo Embaixador. Esta postura de certo desagradara Salazar que esperara apoio da oposição brasileira.

Mas havia, nos meios políticos e diplomáticos brasileiros, quem defendesse a postura e o governo português.

O próprio Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Francisco Negrão de Lima, querendo de alguma maneira acalmar os ânimos portugueses, fez crer ao exasperado Embaixador português no Rio de Janeiro, Manuel Rocheta, que a responsabilidade por

25 Diário de Lisboa, 31.01.1957. Apud. GONÇALVES, 1997: 29.

26 GONÇALVES, 1997: 31.

todo o transtorno que estava ocorrendo, era de Álvaro Lins[27]. Mesmo a demora do governo brasileiro em conceder asilo, tinha a interferência de Negrão de Lima, defensor do salazarismo, que ambicionava a Embaixada do Brasil em Lisboa [28] - cargo que realmente alcança com a saída de Lins em 1959.[29]

Mas o verdadeiro *paladino do salazarismo*[30] fora o então Embaixador do Brasil em Londres, o jornalista e empresário Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, conhecido como Assis Chateaubriand, ou simplesmente, Chatô. Dono do maior império jornalístico da América Latina, os "Diários Associados", que englobava jornais, revistas, rádios e televisão, a emissora Tupy, a primeira emissora de televisão do Brasil criada em 1950.

Figura polêmica, excêntrico e contraditório, era famoso por suas atitudes explosivas e sua língua ferina que não poupava ninguém, de políticos e pessoas da alta sociedade, a parentes e amigos.

Simpatizante dos governos de direita, e salazarista confesso, foi figura de destaque dentro da epopeia que se transformou o caso do asilo político de Humberto Delgado. Por um acaso do destino, estava Chatô, já como Embaixador em Londres, almoçando com o Embaixador Álvaro Lins em Lisboa, quando este recebeu uma ligação da embaixada informando que o General Delgado ali se encontrava pedido proteção. Testemunha ocular, foi a primeira pessoa a saber, do próprio Álvaro Lins, o que se passava na embaixada e a atitude positiva deste em relação ao pedido de Delgado.[31]

Assis Chateaubriand moveu "céus e terras" para tirar proveito da situação. Diante do impasse do destino de Delgado, Chatô, abandona a embaixada em Londres e desembarca em Lisboa passando, por iniciativa própria, a fazer tratativas com as autoridades portuguesas e pressionar Lins a expulsar Humberto Delgado da embaixada. Ao mesmo tempo passa a fazer viagens constantes entre Lisboa e o Rio de Janeiro, tentando convencer o Presidente Kubitschek a desautorizar o Embaixador Lins e suspender a concessão de asilo.[32]

---

27 DELGADO; PACHECO, 1995: 38.

28 DELGADO; PACHECO, 1995: 38 e DELGADO; FIGUEIREDO, 1991: 167-168.

29 Sobre a nomeação de Negrão de Lima para o cargo de Embaixador do Brasil em Lisboa, é interessante ressaltar um incidente, a este respeito, envolvendo o General Delgado: Em 18 de Novembro de 1959, a Federação das Associações Portuguesas do Brasil, promove um banquete em homenagem ao Embaixador Negrão de Lima. Delgado comparece ao evento, mas sua entrada é barrada, pois acreditavam que sua presença tinha um caráter "político". PAULO, 2000: 556 e DELGADO; FIGUEIREDO, 1991: 167-168.

30 DELGADO; PACHECO, 1995: 42.

31 LINS, 1960: 31.

32 MORAIS, 1994: 612.

Lins chegou a repreender Chatô, como relatado em 13 de Fevereiro:

> ... Frisei bem que sempre o tinha recebido aqui, e continuaria a fazê-lo, com o maior prazer, mas que o seu regresso a Portugal, para este fim (Delgado), seria interpretado, pelos que não conhecem as nossas antigas e amistosas relações, como uma intervenção quase oficial do Embaixador em Londres num assunto que diz respeito exclusivamente à Embaixada do Brasil em Lisboa.[33]

A interferência de Chateaubriand estava atingindo proporções constrangedoras, que segundo um relatório confidencial da Embaixada America em Lisboa, se especulava que o diplomata brasileiro fora aliciado pelo governo português[34]. As autoridades portuguesas, por sua vez, procuravam de todas as maneiras desvincularem as idas e vindas de Chatô a interesses mútuos, mesmo dando, através da imprensa portuguesa, grande ênfase a presença deste em seu país[35].

Artigos publicados nos Diários Associados, assinados por Assis Chateaubriand, atacavam frontalmente Álvaro Lins, o governo brasileiro e o próprio Juscelino Kubitschek. Defendendo de maneira franca, por outro lado, a atitude de Salazar, que permite sem reservas a difusão destas reportagens em Portugal.[36]

Os reais interesses de Chateaubriand que levaram a toda esta agitação nunca ficaram bem claros. Os ataques a Álvaro Lins teriam sua origem numa proposta feita por Chatô, que se ofereceu a buscar Humberto Delgado na Embaixada e levá-lo pessoalmente para o Brasil, esta atitude lhe iria garantir bônus junto à opinião pública brasileira em geral, que se manifestava a favor do caso Delgado. Mas tal proposta foi negada veementemente por Lins, que via a intromissão de Chatô excessiva. Outros afirmavam que Assis Chateaubriand desejava o posto de Embaixador em Lisboa.[37]

Por fim, pressionado, Chateaubriand fez uma retratação pública, mostrando-se inábil para exercer as funções de um diplomata:

Em meados de abril, chega a Lisboa o secretário-geral do Itamaraty, Mendes Viana, acompanhado do jornalista João Ribeiro Dantas, que vinham para por um fim ao

---

33 LINS, 1960: 31.

34 DELGADO; PACHECO, 1995: 42.

35 Ibid.

36 Além dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, o jornal O Globo de propriedade do jornalista Roberto Marinho, também defendia a política de Salazar: PAULO, 2000: 544.

37 DELGADO; PACHECO, 1995: 43.

impasse do caso Delgado. Dantas assumiu com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Português a responsabilidade de levar o General Delgado ao aeroporto e embarcá-lo com destino ao Brasil. Fato que ocorreu em 20 de Abril de 1959, tendo Delgado desembarcado no Rio de Janeiro no dia seguinte.

DELGADO NO BRASIL

A chegada de Humberto Delgado ao Brasil foi tratada pela imprensa brasileira com grande entusiasmo. Ao desembarcar o general foi recebido por um grupo de portugueses que o saudaram com vivas e proferindo frases contra a ditadura portuguesa. Esta recepção lhe causou surpresa, já que a notícia de sua chegada saiu com pouca antecedência.

A oposição anti-salazarista que aqui no Brasil se encontrava, estava organizada em alguns grupos de tendências diversas, localizados principalmente entre São Paulo e Rio de Janeiro, viam em Delgado um elemento catalisador das forças de oposição.

Na visão de Delgado a oposição tinha aqui pouca visibilidade e força, principalmente pela dificuldade de enfrentar o poder econômico dos salazaristas, interna e externamente, além da visão positiva que grande parte da colônia portuguesa tinha de Salazar,[38] imagem esta difundida e fomentada pelos consulados e algumas associações portuguesas espalhados por tudo o país.

Além da tradicional imigração portuguesa, que se iniciara ainda em meados do século XIX, e foi motivada, principalmente, pela busca de melhorias econômicas, o Brasil recebeu uma leva de imigrantes políticos.

Esta imigração política não se iniciou com o advento do salazarismo, ainda no século XIX o Brasil recebeu opositores da monarquia portuguesa. E este fluxo foi se mantendo a medida dos acontecimentos políticos em Portugal: quando de proclamação da República, foi a vez dos monarquistas procurarem refúgio aqui; quando da instituição do Estado Novo, foi a vez dos anti-salazaristas.

Os imigrantes de maneira geral procuraram organizar instituições culturais e de auxílio que atendiam as necessidades de seus membros. Com os imigrantes políticos - portugueses em particular - isso não foi diferente, organizaram-se em instituições criadas para discussão e defesa de seus ideais, como, por exemplo, o Centro Republicano Português de São Paulo, fundado em 1908, com grande atuação nos anos de 1930, e que teve sua sede fechada em 1944 por determinação do governo brasileiro. O Centro Republicano só reabriu em 1958,

38 DELGADO; FIGUEIREDO, 1991: 166.

aonde vai se instalar a redação do jornal Portugal Democrático, periódico anti-salazarista[39]. E o Centro Republicano Dr. Afonso Costa, fundado em 1932, no Rio de Janeiro. A sua luta era dividida em duas frentes, uma direcionada diretamente contra o regime português e outra contra uma parte do corpo dirigente da *Federação das Associações Portuguesas do Brasil*, localizada no Rio de Janeiro, que defendia a política de Salazar.[40] Estas associações políticas procuravam denunciar a miséria e as perseguições vivenciadas em Portugal.

Para difundir suas ideias os anti-salazaristas criaram vários veículos de comunicação, entre eles os jornais, Portugal Republicano, Portugal Democrático e Portugal Livre, e o Boletim do Centro Republicano Dr. Afonso Costa.[41]

Os primeiros opositores da ditadura portuguesa chegaram logo após o golpe militar no final dos anos de 1920, sendo um dos primeiros, João Sarmento Pimentel, ex-militar e escritor, que presidiu no Brasil a União Democrática Portuguesa[42], e a ele seguiram muitos outros principalmente após a Segunda Guerra Mundial.

Estes emigrados tiveram pouco ou nenhum apoio da "colônia portuguesa" no Brasil, que vivia em constante vigilância pelos consulados e instituições ligadas ao governo português[43]. Salazar sabia da importância de manter firmes os laços que uniam os portugueses residentes no Brasil com os que ficaram em Portugal. Este interesse tinha razões econômicas: o envio de dinheiro dos emigrados auxiliava nas economias portuguesas.

O combate às forças de oposição se dava com uma massiva propaganda patrocinada pelo governo português e seus aliados, cabendo a difusão aos consulados e casas de cultura[44]. Além da correspondência diplomática de Portugal pedindo a interferência do governo brasileiro para coibir as manifestações contrárias ao salazarismo entre os imigrantes portugueses. As possibilidades de derrotar os salazaristas no Brasil foram quase remotas.[45]

Paralelamente foram proibidas no Brasil, durante a ditadura de Vargas, a criação e permanência de associações de cunho político. Assim como era proibido, segundo determinava o decreto-lei nº 383, de 18 de Abril de 1938, qualquer atividade política no

39 SILVA, 2000: 46 e 48.

40 PAULO, 2000: 523-524.

41 Ibid., pp.527-534 e 553.

42 A União Democrática Portuguesa tinha a seguinte Comissão Executiva: Presidente – João Sarmento Pimentel; Vices – Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Paulo de Castro; Secretários – Manoel Alfredo Tito de Morais, Augusto Aragão e Manuel Sertório; Tesoureiros – Carlos Cruz e Joaquim Duarte Batista; Vogais – Antonio Rico Gonçalves, Fernando Lemos, Manuel Mise Dores, Henrique Pereira Santos e João Manuel Tito de Morais. Documento 41-E-5 – 5, Fundo DEOPS-SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

43 SCHIAVON, 2007: 216-222.

44 SILVA, 2000: 48

45 PAULO, 2000: 519.

país, ou aderir a qualquer programa político de seu país de origem, ou ainda, publicar artigos, proferir conferências, palestras, discursos etc.[46]

Os anos de 1950-60 marcam o aumento do fluxo de imigrantes que se autodenominam *imigrantes políticos*, que vão engrossar as fileiras da resistência anti-salazarista. Este fluxo sofreu um declínio quando do golpe militar no Brasil, em 1964.

O perfil destes emigrados era composto principalmente por políticos, intelectuais e artistas, que iam de monarquistas a republicanos; de liberais a comunistas. Engrossavam as fileiras dos anti-salazaristas, outros imigrantes que haviam chegado muito antes da ditadura, mas que se identificavam com a causa, e grande parte da intelectualidade brasileira, como Caio Prado, Florestan Fernandes, Rubem Braga, entre outros.

O hiato entre o fim da 2ª Guerra Mundial e o início da ditadura militar no Brasil foi um momento propício para os anti-salazaristas, é quando se reabre o Centro Republicano Português e se forma o *Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão*. E o desenrolar das eleições presidenciais portuguesas de 1958, com a derrota de Humberto Delgado, e o sequestro do paquete "Santa Maria", em 1961, que tiveram ampla cobertura da imprensa brasileira, trouxeram a baila discussões a respeito dos mandos e desmandos do governo de Salazar.[47] Um exemplo da força e liberdade da oposição, são as manifestações de desagravo a visita oficial do presidente português, Craveiro Lopes, ao Brasil, em 1957, com apoio de parte da imprensa nacional.[48]

A chegada de Delgado neste momento era mais do que propícia. Acreditava-se que daria um ânimo novo ao movimento.

A força de sua imagem era tão significativa entre grande parte da oposição no Brasil, que é criada em 5 de Outubro de 1958, no Rio de Janeiro, a Associação General Humberto Delgado com o objetivo de se fazer frente à imagem de Salazar, "patrono" de associações partidárias do regime.[49]

Humberto Delgado procurou angariar apoio junto à colônia portuguesa no Brasil, mas, como já foi dito, o espectro de Salazar pairava onipotente sobre parte dos imigrantes que aqui viviam. Isso foi motivo de críticas por parte de Delgado, como descreve em um artigo seu, de uma série de artigos publicados entre 7 de Julho e 4 de Agosto de 1959, no Diário de Notícias do Rio de Janeiro:

---

46 SCHIAVON, 2007: 185-186.

47 SILVA, 2000: 71

48 PAULO, 2000: 541-542.

49 Ibid., p. 551.

> Compatriotas, em geral condecorados, vivendo há longos anos no Brasil, possivelmente até excelentes pessoas, honestos angariadores de fortunas e frementes de amor à pátria-mãe, adoptam, porém, raciocínio primitivo em política, ao confundir patriotismo com salazarismo. O tempo passa e repassa, e trespassa a história com os eflúvios mutatórios - mas os nossos condecorados quedam firme com quartzo, sem vislumbrarem o que, além-Atlântico, o país inteiro já viu, e Camões, se ressuscitasse, assim descreveria no seu português de quinhentos: "Cada vez em pior te vai mudando".[50]

Paralelamente a sua militância, ele precisou cuidar da sua sobrevivência no Brasil. As dificuldades eram muitas, os salazaristas aqui não lhe davam oportunidade, e seus aliados não se encontravam em condições de lhe auxiliar. Por fim, conseguiu um trabalho como diretor de relações públicas de uma fábrica de alimentos.

Humberto Delgado, a pesar de ter sido aceito como asilado político sem nenhuma restrição, teve durante sua estada no país uma constante vigilância pelos órgãos competentes, em São Paulo, pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), a polícia política. Que a despeito de estarmos vivendo nesta época numa democracia, continuava funcionando mais como um órgão de vigilância do que de repressão.

Segundo relatório do delegado da Ordem Política, Ítalo Ferrigni, ao Diretor do DEOPS, de 28 de Julho de 1960:

> Senhor Diretor, esta autoridade da Ordem Política, realmente, vem acompanhando as atividades do cidadão português Humberto da Silva Delgado, desde que o mesmo chegou ao nosso país, tendo sido ele alvo, - e notadamente em nosso estado, - de todas as garantias policiais e políticas, muito embora, veladamente, desenvolva atividades políticas /.../ em companhia de outros súditos, espanhóis e portugueses, contrários aos regimes em vigor em seus respectivos países.[51]

As atividades do General Delgado começaram a causar preocupação por parte das autoridades brasileiras. Há uma troca de correspondências entre o Diretor do DEOPS-SP; o Governador do estado, Carlos Alberto de Carvalho Pinto; o Ministro da Justiça, Arnaldo

---

50 DELGADO; PACHECO, 1995: 53.

51 Documento 41-E-5 – 1, Fundo DEOPS-SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Falcão; e o Chefe do Gabinete do Conselho de Segurança Nacional, o Coronel Humberto de Souza Mello, sobre a conferência que se realizaria nos dias 22, 23 e 24 de Janeiro de 1960, que preocupava as autoridades "face aos seus intuitos marcadamente comunistas e atentatórios à Segurança do País".[52]

Mas não eram somente as autoridades brasileiras que procuravam vigiar Delgado, havia um agente da PIDE infiltrado entre os opositores do regime português no Brasil. Tudo leva a crer que se tratava de Gusmão Calheiros, ex-membro do Partido Comunista Português - expulso por traição -, que se dizendo professor, ganhou projeção dentro da União Nacional dos Estudantes, no Brasil.[53]

Durante sua permanência no Brasil fez vários contatos, interna e externamente. Viajou a Inglaterra, Holanda, Venezuela, entrando em contato com opositores do governo português que se encontravam vivendo nestes países. Conseguiu, em 1962, entrar de maneira clandestina em Portugal, e lá permanecer por 15 dias sem levantar suspeita. Aproximou-se de alguns líderes dos movimentos nacionalistas das colônias portuguesas. É a partir dessas movimentações que se vislumbra uma nova fase na luta de Delgado: a etapa revolucionária.[54]

Humberto Delgado, apesar do que espera a oposição, era antes de tudo, um militar. Queria organizar uma *luta armada* como única via de derrubar o Estado Novo. Já a oposição tradicional no Brasil, por seu lado, defendia o combate ideológico ao regime salazarista, com a elaboração de uma contrapropaganda tendo Delgado como seu principal baluarte.[55]

Quando retornou ao Brasil se deparou com uma enxurrada de críticas; ora dos oposicionistas que discordavam do seu discurso beligerante, como único meio de derrubar o salazarismo; ora das autoridades brasileiras que o acusavam de usar o Brasil simplesmente como uma base de apoio para operações contra Portugal, violando assim o estatuto de asilo. Diante destas e de outras questões, Delgado parte do Brasil em dezembro de 1963.[56]

---

52 Documento 41-E-5 – 1, Fundo DEOPS-SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

53 DELGADO, 1995: 226.

54 DELGADO; PACHECO, 1995: 48.

55 PAULO, 2000: 555.

56 O General Humberto da Silva Delgado foi assassinado em Badajoz, na Espanha, em 13 de Fevereiro de 1965, por agentes da PIDE, quando ia se encontrar com alguns aliados.

Fonte documental

Dossiê 41-E-5, Fundo DEOPS-SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Referências bibliográficas

ASSAC, J. Ploncard d', 1989. *Salazar: a vida e a obra*. Lisboa: Editorial Verbo.

BOBBIO, Norberto et al. (orgs.). 1998. *Dicionário de política*. 11º. ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília (UnB), v.1.

DELGADO, Iva e FIGUEIREDO, António de (Coord.), 1991. ***Memórias de Humberto Delgado.*** Lisboa: Publicações Dom Quixote.

__ e PACHECO, Carlos (Comp.), 1995. Humberto Delgado. ***A Tirania Portuguesa.*** Lisboa: Publicações Dom Quixote.

GONÇALVES, Williams, 1997. Brasil e Portugal nos anos 50: interesses e fraternidade. ***Revista da Cátedra Jaime Cortesão,*** Instituto de Estudos Avançados, USP, São Paulo, **1** (1), jul. 1997.

LINS, Álvaro, 1960. ***Missão em Portugal.*** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 1.

MORAIS, Fernando, 1994. ***Chatô, o rei do Brasil.*** São Paulo: Companhia das Letras.

PAULO, Heloisa, 2000. ***Aqui Também é Portugal: a colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo.*** Coimbra: Quarteto Editora.

RABY, David L., 1982-3. O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado, em 1958. ***Análise Social***, Lisboa, vol. 18, n. 72-73-74, 3º-4º-5º série, p. 869-883.

ROSAS, Fernando, 1994. O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO, José (dir.). ***História de Portugal.*** Lisboa: Estampa, v. 7.

SCHIAVON, Carmen G. Burgert, 2007. ***Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945).*** 2007. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre.

SILVA, Douglas Mansur, 2000. ***A Ética da Resistência: os exilados anti-salazaristas do "Portugal Democrático" (1956-1975).*** 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas.